

GOVERNANÇA PÚBLICA E SAÚDE FINANCEIRA MUNICIPAL: UMA ANÁLISE INTEGRADA COM ENFOQUE EM PSICOLOGIA FINANCEIRA E EDUCAÇÃO FISCAL

LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA DANTAS
CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ (CUFSA)

DENIS FORTE
UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (MACKENZIE)

NADIA WAGIH EL KADRI
CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC

GOVERNANÇA PÚBLICA E SAÚDE FINANCEIRA MUNICIPAL: UMA ANÁLISE INTEGRADA COM ENFOQUE EM PSICOLOGIA FINANCEIRA E EDUCAÇÃO FISCAL

Resumo

Objetivo: Este estudo investiga a relação entre a efetividade da gestão pública municipal e a saúde financeira da população, considerando os níveis de inadimplência, pobreza e vulnerabilidade social nos municípios do Estado de São Paulo. O artigo propõe um modelo multidimensional inédito que integra governança pública, educação financeira, psicologia financeira e ciência comportamental como fatores determinantes do bem-estar financeiro coletivo.

Metodologia: A pesquisa adota abordagem quantitativa, exploratória e explicativa. Foram utilizados exclusivamente dados secundários, extraídos de fontes oficiais como IBGE, IPEA, PNUD, Serasa Experian e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), abrangendo o período de 2022 a 2024. As análises estatísticas envolveram técnicas de correlação de Pearson, regressão múltipla e análise de cluster (K-means), permitindo avaliar o impacto das dimensões do IEG-M (Planejamento, Fiscal, Educação, Saúde, Meio Ambiente e Cidades Protegidas) sobre os indicadores de inadimplência e vulnerabilidade social.

Lacuna: A literatura brasileira apresenta um déficit de estudos empíricos que explorem, de forma integrada, os efeitos da governança pública local sobre o comportamento financeiro coletivo e o bem-estar socioeconômico. Poucas pesquisas combinam conceitos de psicologia financeira, ciência comportamental e gestão pública municipal na análise do endividamento e da saúde financeira da população.

Resultados e Contribuições: Os resultados evidenciam que os municípios com melhor desempenho em planejamento (i-Plan), educação (i-Educ) e gestão fiscal (i-Fiscal) apresentam menores taxas de inadimplência e vulnerabilidade social. A regressão múltipla confirmou que essas dimensões são preditores significativos da saúde financeira municipal. A análise de cluster classificou os municípios em três grupos distintos, com diferentes perfis de efetividade e vulnerabilidade. O estudo propõe um Modelo Multidimensional Integrado, que articula: (i) a qualidade da governança municipal; (ii) o contexto socioeconômico local; (iii) intervenções de educação financeira e psicologia financeira com base na ciência comportamental; e (iv) os resultados em saúde financeira e bem-estar da população. Este modelo amplia as fronteiras teóricas entre finanças públicas, psicologia econômica e políticas sociais.

Palavras-chave: Psicologia Financeira; Gestão Pública; Saúde Financeira.

1. INTRODUÇÃO

O aumento do endividamento das famílias brasileiras nas últimas décadas tem despertado atenção de pesquisadores, formuladores de políticas públicas e órgãos de controle social. Segundo dados da Serasa Experian (2024), mais de 43% da população adulta brasileira apresenta algum tipo de inadimplência, com destaque para municípios de pequeno e médio porte. Ao mesmo tempo, a literatura em psicologia financeira (Kahneman, 2011; Thaler, 2016) evidencia que o estresse financeiro impacta diretamente a saúde mental, a produtividade e a qualidade de vida.

A discussão sobre bem-estar financeiro não pode ser dissociada do contexto socioeconômico local. Municípios com menor infraestrutura pública, baixa qualidade educacional e fraca capacidade de planejamento tendem a apresentar populações mais vulneráveis financeiramente (OECD, 2022). No Estado de São Paulo, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP) desenvolveu o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), que mede a qualidade da gestão pública em seis dimensões: Planejamento (i-Plan), Fiscal (i-Fiscal), Educação (i-Educ), Saúde (i-Saúde), Meio Ambiente (i-Amb) e Cidades Protegidas (i-Cidade).

Diante desse cenário, surge uma questão central: existe relação entre a efetividade da gestão pública municipal e os níveis de endividamento e vulnerabilidade financeira da população?

O objetivo deste artigo é analisar a relação entre o desempenho dos municípios paulistas nos indicadores do IEG-M e os níveis de inadimplência, pobreza e vulnerabilidade socioeconômica, utilizando dados públicos secundários, como PNAD Contínua (IBGE), Atlas da Vulnerabilidade Social (IPEA), IDHM (PNUD) e a base da Serasa Experian.

A principal contribuição deste estudo é integrar, de forma inédita na literatura brasileira, as abordagens de psicologia financeira com indicadores de gestão pública e bem-estar financeiro, propondo um modelo multidimensional que relacione governança municipal e saúde financeira da população.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Psicologia Financeira e Bem-Estar Econômico

A psicologia financeira busca entender como fatores emocionais, cognitivos e sociais influenciam o comportamento das pessoas em relação ao dinheiro (Shefrin, 2000). Fenômenos como a aversão à perda, o viés de presenteísmo e a heurística de disponibilidade afetam a forma como os indivíduos lidam com suas finanças, impactando o nível de endividamento e o bem-estar econômico (Kahneman & Tversky, 1979; Thaler, 2016).

Além disso, estudos recentes indicam que o estresse financeiro é um preditor significativo de problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade (Netemeyer et al., 2018). O bem-estar financeiro, portanto, não deve ser analisado apenas sob a ótica da renda, mas também a partir de indicadores que reflitam segurança financeira e ausência de sofrimento econômico.

2.2 Políticas Públicas, Educação Financeira e Qualidade da Gestão Municipal

A literatura destaca que políticas públicas de qualidade têm papel determinante na redução da vulnerabilidade financeira das populações (OECD, 2022). A oferta de educação

básica de qualidade, serviços de saúde eficientes e políticas fiscais responsáveis são elementos que afetam, direta ou indiretamente, a capacidade das famílias de administrar suas finanças.

O desempenho municipal em áreas como educação (i-Educ) e saúde (i-Saúde) influencia o capital humano e a capacidade de tomada de decisão financeira dos cidadãos. A qualidade do planejamento (i-Plan) e da gestão fiscal (i-Fiscal), por sua vez, condiciona a sustentabilidade das políticas públicas de combate à pobreza e de promoção da inclusão financeira.

2.3 Os Indicadores de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M)

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) é uma ferramenta de avaliação de desempenho desenvolvida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), com o objetivo de medir a qualidade e a efetividade das políticas públicas executadas pelos municípios paulistas. O IEG-M busca transcender a análise meramente contábil e financeira, concentrando-se na efetividade das ações governamentais e na capacidade de entrega de resultados concretos para a sociedade.

O índice é composto por seis dimensões principais, cada uma representando uma área crítica da gestão pública municipal:

i-Plan (Planejamento): Avalia a existência e a qualidade dos instrumentos de planejamento municipal, como Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Plano Diretor, além da capacidade de integração entre planejamento, orçamento e execução.

i-Fiscal (Gestão Fiscal): Mensura o equilíbrio e a responsabilidade fiscal do município, incluindo aspectos como capacidade de arrecadação, cumprimento de metas fiscais, controle de endividamento, execução orçamentária e regularidade das prestações de contas.

i-Educ (Educação): Avalia a efetividade da gestão da educação pública, considerando indicadores como taxa de cobertura da educação básica, infraestrutura das unidades escolares, desempenho em avaliações externas (como o IDEB) e investimentos realizados no setor.

i-Saúde (Saúde): Analisa o desempenho dos serviços de saúde pública municipal, considerando a cobertura da atenção básica, os indicadores de atendimento à população e os investimentos públicos destinados ao setor.

i-Amb (Meio Ambiente): Mede a capacidade de gestão ambiental do município, incluindo ações de fiscalização, preservação de áreas verdes, gestão de resíduos sólidos e controle de poluição.

i-Cidade (Cidades Protegidas): Avalia a estrutura municipal voltada para segurança pública e defesa civil, considerando aspectos como capacidade de resposta a emergências, prevenção de desastres naturais e investimentos em segurança.

Cada uma dessas dimensões é composta por um conjunto de indicadores específicos, baseados em informações objetivas declaradas pelos próprios municípios em resposta a questionários padronizados, validados e auditados pelo TCE-SP. A metodologia do IEG-M permite a geração de uma nota final por dimensão, bem como uma nota global para cada município.

Além de possibilitar comparações longitudinais (ao longo dos anos), o IEG-M favorece a comparação entre municípios de diferentes portes e regiões, funcionando como um importante instrumento para o controle social, o planejamento de políticas públicas e a melhoria contínua da gestão municipal.

2.4 Vulnerabilidade Social, Pobreza e Inadimplência

A vulnerabilidade social e financeira de uma população é um conceito multidimensional, que reflete a capacidade (ou incapacidade) das pessoas e famílias de atenderem suas necessidades básicas, manterem padrões mínimos de qualidade de vida e enfrentarem choques econômicos adversos. A literatura especializada reconhece que condições socioeconômicas precárias estão fortemente associadas a comportamentos de risco financeiro, como o endividamento excessivo e a inadimplência (Lusardi & Mitchell, 2014).

Para mensurar a vulnerabilidade financeira no contexto municipal, este estudo utilizou variáveis proxy derivadas de fontes secundárias reconhecidas e validadas institucionalmente.

1-Taxa de Inadimplência (Serasa Experian):

Considerada um dos principais indicadores de vulnerabilidade financeira, a taxa de inadimplência reflete o percentual da população adulta com contas em atraso ou com registros negativos de crédito. Essa métrica, obtida da base de dados da Serasa Experian, permite uma avaliação direta do nível de endividamento e da capacidade de pagamento da população municipal.

2- Indicadores de Pobreza e Renda Domiciliar (PNAD Contínua/IBGE):

A partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), foram utilizados dados sobre a renda média domiciliar per capita e os percentuais de população vivendo abaixo da linha da pobreza e da extrema pobreza, conforme os parâmetros estabelecidos pelo Banco Mundial e pelo próprio IBGE. Esses indicadores são fundamentais para capturar as condições econômicas estruturais que afetam o comportamento financeiro das famílias.

3- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM/PNUD):

O IDHM, produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi utilizado como medida sintética da qualidade de vida nos municípios. Ele contempla três dimensões essenciais: educação, renda e longevidade, oferecendo uma visão integrada das condições de desenvolvimento humano que influenciam a segurança financeira da população.

4- Atlas da Vulnerabilidade Social (IPEA):

Complementando os indicadores anteriores, o Atlas da Vulnerabilidade Social, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fornece dados detalhados sobre aspectos como infraestrutura urbana, acesso a serviços básicos (educação, saúde, saneamento) e condições de moradia. O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) extraído dessa base foi utilizado como uma medida agregada da exposição das populações municipais a riscos sociais e econômicos.

Ao utilizar esse conjunto de indicadores, o estudo adota uma abordagem multifatorial para compreender os determinantes da inadimplência e da vulnerabilidade financeira, buscando capturar tanto os aspectos estruturais de pobreza quanto os reflexos comportamentais no âmbito financeiro.a.

3. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem quantitativa, exploratória e explicativa, com base exclusiva em dados secundários públicos e disponíveis em nível municipal.

3.1 Amostra e Período de Análise

A amostra compreende os 645 municípios do Estado de São Paulo, com dados coletados para o período de 2022 a 2024. A escolha do Estado justifica-se pela disponibilidade e qualidade dos dados do IEG-M e pelo elevado número de municípios, o que permite análises estatísticas robustas.

3.2 Fontes de Dados

Este estudo utilizou exclusivamente dados secundários de acesso público ou institucional, provenientes de bases consolidadas e reconhecidas nacional e internacionalmente pela qualidade e abrangência das informações.

1- Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) – Período 2022 a 2024:

Foram extraídos os resultados das seis dimensões que compõem o IEG-M: Planejamento (i-Plan), Gestão Fiscal (i-Fiscal), Educação (i-Educ), Saúde (i-Saúde), Meio Ambiente (i-Amb) e Cidades Protegidas (i-Cidade). Os dados foram obtidos diretamente do portal oficial do TCE-SP, com metodologia padronizada de coleta e validação junto aos municípios paulistas.

2- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Utilizaram-se microdados da PNAD Contínua referentes ao período de 2022 a 2024, com foco nos indicadores socioeconômicos desagregados por município. As variáveis selecionadas incluem rendimento médio domiciliar per capita, taxa de desemprego, percentual da população em situação de pobreza e extrema pobreza.

3- Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):

Foram utilizados os indicadores do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) por município, com detalhamento das dimensões de infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho. Esta base permitiu a identificação de áreas com maior risco social e vulnerabilidade econômica.

4- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD):

Foram extraídos os dados de IDHM desagregados por município, com foco nos componentes de educação, longevidade e renda. Esses dados foram utilizados como proxy para o desenvolvimento humano e social das localidades analisadas.

5- Base de Inadimplência Municipal – Serasa Experian:

A pesquisa utilizou a taxa de inadimplência média da população adulta de cada município paulista, com dados estratificados por faixa de renda e perfil populacional. Os dados contemplam o percentual de consumidores inadimplentes, o volume médio de dívidas por indivíduo e a evolução histórica do endividamento entre 2022 e 2024.

3.3 Técnicas de Análise

Para atingir os objetivos propostos e explorar as relações entre a efetividade da gestão pública municipal e os indicadores de bem-estar financeiro da população, foram aplicadas as seguintes técnicas estatísticas:

1- Análise Descritiva:

Inicialmente, realizou-se uma análise descritiva das variáveis envolvidas no estudo, com o objetivo de caracterizar a amostra de municípios. Foram calculadas medidas de tendência central

(média e mediana), dispersão (desvio-padrão e amplitude), além de frequências relativas e absolutas. Essa etapa permitiu a identificação de padrões gerais, outliers e distribuição dos dados entre os diferentes estratos municipais.

2- Correlação de Pearson:

Para investigar a existência de associações lineares entre os indicadores de gestão pública (IEG-M) e os indicadores socioeconômicos (taxa de inadimplência e vulnerabilidade social), foi utilizada a correlação de Pearson. Essa análise bivariada possibilitou identificar o grau e a direção das relações entre as variáveis independentes (dimensões do IEG-M) e as variáveis dependentes (inadimplência e vulnerabilidade), considerando um nível de significância de 5%.

3- Regressão Múltipla:

Na etapa seguinte, foi empregada a análise de regressão múltipla linear, com o objetivo de avaliar o impacto simultâneo das dimensões do IEG-M sobre os níveis de inadimplência e pobreza municipal. O modelo incluiu variáveis de controle, como porte populacional e Produto Interno Bruto (PIB) per capita dos municípios, para reduzir o risco de vieses por omissão de variáveis relevantes. Foram avaliadas as premissas de linearidade, homocedasticidade, normalidade dos resíduos e ausência de multicolinearidade entre os preditores.

4- Análise de Cluster (K-means):

Por fim, foi aplicada uma análise de cluster, utilizando o método K-means, com o objetivo de classificar os municípios paulistas em grupos homogêneos com base no desempenho agregado nas dimensões do IEG-M e nos níveis de vulnerabilidade financeira e social. A definição do número ideal de clusters foi realizada por meio da análise do critério de Elbow e da inspeção das distâncias intergrupais. Essa etapa permitiu identificar perfis distintos.

4. RESULTADOS

4.1 Análise Descritiva da Amostra

A análise dos 645 municípios paulistas revelou uma ampla variação nos indicadores de gestão pública (IEG-M) e nos indicadores sociais e financeiros. Municípios com maior população apresentaram, em média, melhor desempenho nos eixos i-Fiscal e i-Plan, enquanto municípios de menor porte destacaram-se em i-Educ e i-Saúde.

Tabela 1-Estatísticas Gerais da Amostra

Indicador	Valor
Taxa média de inadimplência	38,5%
Desvio-padrão da inadimplência	9,2 pontos percentuais
Média i-Educ	0,65
Média i-Plan	0,62
Média i-Fiscal	0,60

Fonte: Autor (2025).

A análise descritiva demonstra que a inadimplência média entre os municípios é elevada, com grande variação (9,2 pontos percentuais). As médias dos índices de gestão pública municipal indicam desempenho intermediário nos eixos educação, planejamento e gestão fiscal.

Do ponto de vista da vulnerabilidade financeira, os dados da Serasa Experian indicaram que a taxa média de inadimplência no Estado de São Paulo, no período analisado, foi de 38,5%, com variações significativas entre os municípios.

4.2 Correlação de Pearson

Tabela 2-Relação entre IEG-M e Inadimplência

Variável Independente	Correlação com Inadimplência	Significância (p-valor)
i-Educ	-0.48	< 0,01
i-Plan	-0.44	< 0,01
i-Fiscal	-0.32	< 0,05
i-Saúde	-0.29	< 0,05

Fonte: Autor (2025).

Os resultados mostram correlações negativas estatisticamente significativas entre os indicadores de gestão pública e os níveis de inadimplência municipal. Municípios com melhor desempenho nos eixos de educação, planejamento e saúde tendem a apresentar menores índices de inadimplência.

4.3 Regressão Múltipla

Tabela 3-Preditores da Inadimplência Municipal

Variável	Coefficiente Beta	Significância (p-valor)
i-Educ	-0.31	< 0,01
i-Plan	-0.27	< 0,01
i-Fiscal	-0.18	< 0,05
Controle: PIB per capita	-0.12	< 0,05

Fonte: Autor (2025).

A análise de regressão múltipla revelou que os indicadores de gestão em educação e planejamento são os principais preditores para a redução da inadimplência, seguidos pelo desempenho fiscal e pelo PIB per capita, este incluído como variável de controle.

4.4 Análise de Cluster

Tabela 4-Classificação dos Municípios

Cluster	Descrição	Inadimplência Média	IVS Médio
Cluster 1	Alta Efetividade / Baixa Vulnerabilidade	28,4%	0,35
Cluster 2	Efetividade Moderada / Vulnerabilidade Moderada	39,2%	0,48
Cluster 3	Baixa Efetividade / Alta	48,7%	0,61

	Vulnerabilidade		
--	-----------------	--	--

Fonte: Autor (2025).

A análise de cluster permitiu agrupar os municípios em três perfis distintos quanto à efetividade da gestão pública e vulnerabilidade social. Os municípios do Cluster 1 apresentaram os melhores resultados, com menores taxas de inadimplência e vulnerabilidade social.

4.5 Relação entre Indicadores de Gestão Pública e Inadimplência

A análise de correlação de Pearson apontou associações negativas e estatisticamente significativas entre os indicadores i-Educ, i-Saúde e i-Plan com a taxa de inadimplência municipal ($p < 0,05$). Ou seja, municípios com melhor desempenho nesses eixos apresentaram menores níveis de inadimplência.

Além disso, a regressão múltipla indicou que as dimensões i-Educ ($\beta = -0,31$; $p < 0,01$) e i-Plan ($\beta = -0,27$; $p < 0,01$) foram os preditores mais fortes para explicar a variação na inadimplência, mesmo controlando por fatores como porte populacional e PIB per capita.

Tabela 5 – Relação entre Indicadores IEG-M e Inadimplência/Vulnerabilidade

Dimensão IEG-M	Relação com Inadimplência	Impacto Destacado
i-Educ	Negativa significativa ($\beta = -0,31$; $p < 0,01$)	Redução da inadimplência
i-Plan	Negativa significativa ($\beta = -0,27$; $p < 0,01$)	Redução da inadimplência
i-Fiscal	Negativa com Vulnerabilidade Social ($p < 0,05$)	Redução da vulnerabilidade social
i-Saúde	Negativa significativa ($p < 0,05$)	Redução da inadimplência

Fonte: Autor (2025).

A Tabela 1 evidencia que as dimensões i-Educ e i-Plan tiveram os maiores impactos negativos sobre a taxa de inadimplência municipal, indicando que melhores índices nesses eixos estão associados a menores níveis de inadimplência. O i-Fiscal, por sua vez, apresentou efeito relevante sobre a vulnerabilidade social.

4.6 Gestão Fiscal e Vulnerabilidade Social

Os resultados também mostraram que o i-Fiscal apresentou correlação negativa com o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) ($p < 0,05$), sugerindo que municípios com melhor capacidade de gestão fiscal tendem a apresentar menores níveis de vulnerabilidade socioeconômica.

5. DISCUSSÃO

Os achados deste estudo reforçam a hipótese de que a efetividade da gestão pública municipal desempenha um papel central na redução da vulnerabilidade financeira da população, mesmo quando controlados fatores estruturais como tamanho populacional e nível de renda.

Os resultados dialogam com a literatura de psicologia financeira, que aponta que o ambiente institucional pode reforçar ou mitigar comportamentos financeiros prejudiciais (Lusardi & Mitchell, 2014; Kahneman, 2011). Municípios com melhor desempenho em educação e planejamento oferecem condições mais favoráveis para a construção de uma cultura de saúde financeira.

A dimensão i-Educ surge como um dos principais fatores associados à redução da inadimplência. Esse resultado é consistente com estudos prévios que indicam a educação como variável-chave na formação de hábitos financeiros saudáveis (OECD/INFE, 2022).

Além disso, o desempenho em planejamento (i-Plan) e gestão fiscal (i-Fiscal) mostra que a capacidade de antecipar cenários, organizar recursos e implementar políticas públicas eficazes pode gerar efeitos indiretos sobre o bem-estar financeiro da população.

Do ponto de vista das políticas públicas, os achados indicam a necessidade de integração entre as áreas de educação, saúde, fiscalização e planejamento, promovendo estratégias de educação financeira alinhadas com os contextos locais de vulnerabilidade.

6. CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

Este estudo oferece evidências empíricas robustas de que a qualidade da gestão pública municipal, avaliada por meio do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), exerce influência significativa sobre os níveis de inadimplência, pobreza e vulnerabilidade social nos municípios do Estado de São Paulo. Os resultados demonstram que dimensões como planejamento (i-Plan), educação (i-Educ) e gestão fiscal (i-Fiscal) possuem correlações negativas e estatisticamente significativas com os indicadores de vulnerabilidade financeira, reforçando a ideia de que melhores práticas de governança pública estão associadas a condições socioeconômicas mais favoráveis.

Do ponto de vista teórico, a principal contribuição desta pesquisa está no avanço da integração entre os campos da gestão pública, educação financeira, psicologia financeira e ciência comportamental. A combinação de conceitos oriundos da economia comportamental, como vieses cognitivos, aversão à perda e heurísticas de decisão, com indicadores objetivos de desempenho da administração pública, amplia a compreensão dos fatores estruturais e comportamentais que influenciam o endividamento e o estresse financeiro populacional.

Empiricamente, o estudo se destaca pelo uso exclusivo de bases de dados secundárias oficiais, abrangendo fontes como IBGE, IPEA, PNUD, Serasa Experian e o próprio TCE-SP. A partir dessas informações, foi possível estabelecer correlações estatisticamente significativas entre a qualidade da gestão pública e os desfechos financeiros e sociais da população, utilizando métodos quantitativos robustos como regressão múltipla e análise de clusters.

Como contribuição prática, este estudo propõe um Modelo Multidimensional Integrado da Influência da Governança Municipal sobre a Saúde Financeira da População. Este modelo estabelece quatro dimensões inter-relacionadas:

- Governança Municipal (IEG-M): Qualidade da gestão nos eixos de planejamento, gestão fiscal, educação, saúde, meio ambiente e segurança pública.
- Estrutura Socioeconômica Local: Condições objetivas da população em termos de renda, pobreza, vulnerabilidade social e desenvolvimento humano.

➤ Intervenções em Educação Financeira e Psicologia Financeira: Inclusão de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de habilidades financeiras, combate a vieses comportamentais e promoção de uma cultura de planejamento financeiro nas escolas e comunidades.

➤ Resultados de Saúde Financeira e Bem-Estar: Redução da inadimplência, mitigação do estresse financeiro, aumento da segurança financeira subjetiva e fortalecimento da capacidade de tomada de decisão econômica dos cidadãos.

Este modelo sugere que a efetividade da gestão pública, quando combinada com estratégias de educação financeira e intervenções baseadas na ciência comportamental, pode gerar efeitos positivos tanto em indicadores macroeconômicos quanto no bem-estar financeiro individual.

É importante reconhecer as limitações desta pesquisa. Por se basear em dados agregados em nível municipal, não foi possível captar as nuances do comportamento financeiro individual dentro dos municípios. Além disso, o uso exclusivo de indicadores secundários restringe a análise de variáveis psicossociais subjetivas, como atitudes individuais frente ao dinheiro e percepção de bem-estar financeiro.

Para futuras pesquisas, recomenda-se:

➤ A realização de investigações longitudinais, com o objetivo de avaliar os efeitos de melhorias na gestão pública sobre os níveis de endividamento e bem-estar financeiro ao longo do tempo.

➤ O desenvolvimento de estudos comparativos inter-regionais, envolvendo diferentes estados e regiões do Brasil, para testar a generalização do modelo proposto.

➤ A condução de pesquisas qualitativas e surveys em nível domiciliar, para explorar as percepções individuais sobre a efetividade da gestão pública e seu impacto no bem-estar financeiro e emocional.

➤ A avaliação de programas de educação financeira já implementados por governos locais, com foco nos efeitos comportamentais e financeiros gerados na população.

Por fim, os resultados desta pesquisa reforçam a importância de uma governança pública municipal eficiente, integrada e orientada por princípios da psicologia financeira e da ciência comportamental, como fator estratégico para a promoção da saúde financeira coletiva, contribuindo para o fortalecimento da resiliência econômica e social das populações locais.

REFERÊNCIAS

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesas-e-pobreza/18148-pnad-continua.html>. Acesso em: 21 jun. 2025.

IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros**. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://insightpublico.com.br/blog/manual-iegm-2014/>. Acesso em: 21 jun. 2025.

KAHNEMAN, D. *Thinking, Fast and Slow*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2011.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. **The economic importance of financial literacy: theory and evidence**. *Journal of Economic Literature*, v. 52, n. 1, p. 5–44, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1257/jel.52.1.5>.

OECD. **OECD/INFE High-Level Principles on National Strategies for Financial Education**. Paris: OECD Publishing, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1787/12e3989f-en>.

OECD/INFE. **National Strategies for Financial Education: OECD/INFE Policy Handbook**. Paris: OECD Publishing, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1787/a8916d0e-en>.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IDHM)**. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2023. Disponível em: <https://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 21 jun. 2025.

SERASA EXPERIAN. **Indicadores de inadimplência e endividamento**. São Paulo: Serasa Experian, 2024. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/indicadores-economicos/>. Acesso em: 21 jun. 2025.

SHEFRIN, H. **Beyond Greed and Fear: Understanding Behavioral Finance and the Psychology of Investing**. Boston: Harvard Business School Press, 2000.

THALER, R. H. **Misbehaving: The Making of Behavioral Economics**. New York: W.W. Norton & Company, 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (TCE-SP). **Manual do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M**. São Paulo: TCE-SP, 2024. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/manual-ieg-m-2025>. Acesso em: 21 jun. 2025.